

# Obstáculos e possibilidades da reforma agrária

Alguns estudiosos – em nome de uma ciência supostamente desprovida de ideologia – consideram irracionais a condução da reforma agrária e a agenda pautada pelo movimento sindical e pelos movimentos sociais, quer por sua “desatualização” histórica, quer por sua radicalidade e amplitude. Entre estes, há os que chegam a falar em cooptação de pesquisadores que prestam consultoria ao governo federal nessa área.

Essa argumentação não é justa nem verossímil. Esse tipo de ataque parece somar-se à nova ofensiva contra o governo Lula e os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, com a tentativa de sua criminalização pelos setores conservadores, que procuram impor e antecipar a sua agenda política para 2010. Há interesses, ideias e projetos em disputa e os consensos e dissensos se fazem a cada realidade e circunstância histórica, e não ao sabor de um pensamento único, ainda que sob inspiração científica.

Ao se focar equivocadamente o debate, perde-se a oportunidade de discutir sobre qual reforma agrária nos entendemos ou divergimos. Ou, ainda, se é possível e necessário ser feita alguma reforma agrária e qual. A crise do capital muda alguma coisa? A persistência de mobilizações, acampamentos e conflitos no campo sinaliza o quê? O sistema predatório do agronegócio é sustentável? O desenvolvimento com desigualdade é aceitável? A agricultura camponesa está fadada à economia de subsistência ou isso está mais associado ao modelo de sociedade imposto por uma classe ou grupo social? As políticas públicas de educação e de acesso à pesquisa e à tecnologia podem alterar o modo e a escala da produção camponesa? As formas associativas podem cumprir uma função econômica diferenciada e competitiva? As políticas públicas são equitativas?

Ao contrário das décadas de 1950 e 1960, quando a reforma agrária poderia ser uma opção para a industrialização, hoje se trata de posicioná-la frente às alternativas para o desenvolvimento sustentável. A modernização

conservadora já ocorreu e não foi capaz de superar a crise alimentar e, diante da atual crise financeira e econômica mundial, a redistribuição da terra e das condições de produção e do conhecimento não é uma inevitabilidade, mas uma alternativa de outro tipo de desenvolvimento e sociedade para o qual existe demanda social. Será que não podemos formar um novo setor agrícola?

### Crise e novas perspectivas

No Brasil, existem 4 milhões de pequenas unidades produtoras agrícolas, entre as quais 1 milhão nos assentamentos, que respondem pela maior parte da produção de alimentos que abastecem o mercado interno. Duas posições antagônicas defendem a existência de um único ministério para cuidar da agricultura (só que uma na ótica da agricultura familiar-camponesa e outra na lógica da agricultura patronal-empresarial). Entretanto, enquanto houver demanda social e realidade objetiva que sustente a coexistência conflitiva do agronegócio e da agricultura familiar-camponesa, haverá necessidade política e institucional de convivência de dois ministérios. Essa contradição só poderá ser superada pela política que altere a correlação de forças. A reforma agrária é a opção democrática e sustentável para um desenvolvimento com equidade social.

A crise mundial do capital aponta para novas perspectivas de mobilização social e afirmação da agricultura camponesa e familiar como estratégica ao desenvolvimento sustentável, na qual a reforma agrária tenha centralidade, com geração de mais empregos, respeito ao meio ambiente e produção de alimentos saudáveis que garanta a soberania alimentar do país. Segundo dados oficiais, o governo Lula foi responsável por mais da metade dos assentamentos realizados em toda a história brasileira e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) saltou de pouco mais de R\$ 2 bilhões, na safra 2002-2003, para R\$ 13 bilhões, em 2008-2009.

É preciso também registrar que os programas sociais, como o Bolsa Família e o Luz para Todos, entre outros, alteraram o panorama rural brasileiro, melhorando a qualidade de vida no campo. Em relação à reforma agrária, no entanto, há entraves que precisam ser superados, como a atualização dos índices de produtividade, o cumprimento integral dos requisitos constitucionais da função social da propriedade, a aceleração da imissão de

Estes cartazes foram produzidos no âmbito da CNRA, da qual o Ibase foi um dos organizadores.



posse, a abolição dos juros compensatórios das indenizações por interesse social e a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do trabalho escravo, além da fixação do limite de propriedade defendida pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

No tocante à Amazônia Legal, a região representa cerca de 60% do território nacional e nela vivem mais de 20 milhões de pessoas, das quais um terço na área rural. Na Região Norte, mais de 70% da área total cadastrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) referem-se aos grandes imóveis com área superior a 15 módulos fiscais, estimando-se que mais de 80% dessas áreas são improdutivas, portanto sujeitas à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Ao lado do fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável dos assentamentos, a reforma agrária não é problema, pois favorece a produção de alimentos saudáveis e a proteção ao meio ambiente.

Em relação ao programa de regularização fundiária na Amazônia Legal, que propõe a legalização de ocupantes de área pública até 15 módulos fiscais (1.500 hectares), os movimentos sociais agrários e ambientais manifestam-se contra essa medida, quer porque amplia o limite de áreas públicas a serem regularizadas, abrindo brechas para a apropriação do patrimônio público por especuladores, quer por estar na contramão do sistema agrário de base familiar consagrado no ordenamento agrário brasileiro. É preciso ter clareza de que a principal fonte de desmatamento e ocupação fundiária irregular na Amazônia se dá pela ação de madeireiros, grileiros e fazendeiros do chamado agronegócio, com a intensificação da pecuária extensiva e da plantação de soja.

Há contradições e limitações que precisam ser superadas, mas não há incompatibilidade entre reforma agrária e desenvolvimento. Diante da crise mundial, a hora é de dialogar e unir forças políticas e sociais para avançar e consolidar o processo de desenvolvimento com distribuição da renda, da terra, do crédito e

**CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA**

**Conflitos de terra no RJ**

- 177 prisões
- Crime: lavrar a terra
- 21 mortes
- Motivo: lavrar a terra

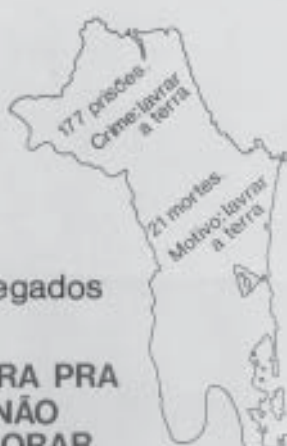
33 municípios  
50 mil pessoas  
119 latifúndios  
50 mil desempregados

**QUEREMOS TERRA PRA PLANTAR E NÃO FAVELA PRA MORAR**

30 de novembro de 1963

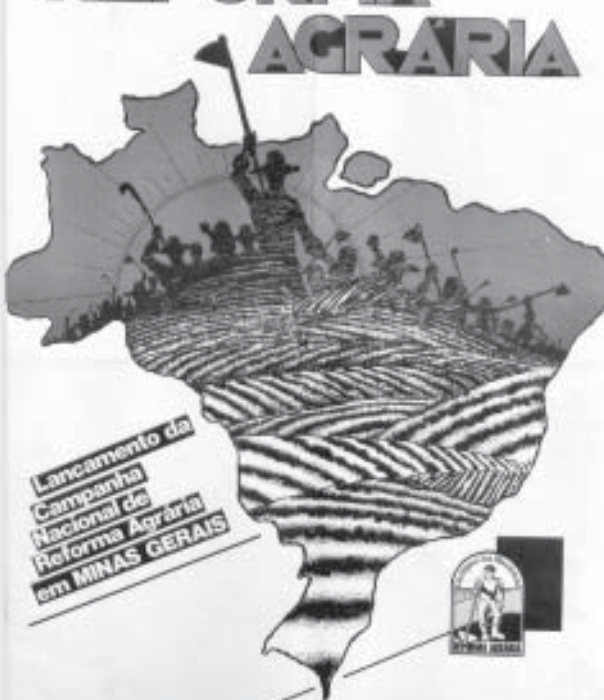
**19 anos de não aplicação do Estatuto da Terra**

**STRs - FETAG/RJ - CONTAG**



**REFORMA AGRÁRIA**

**Lançamento da Campanha Nacional de Reforma Agrária em MINAS GERAIS**



Associação: FETREM, CONTAG, CPT, DTM, DURE, ARPA, BUCZ

dos serviços, priorizando o emprego, a educação, a seguridade social, a reforma agrária e a preservação do meio ambiente.

A pesquisa realizada em 2007 pelo Ibase – Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas – aponta que houve avanços nos índices de segurança alimentar e nutricional da população beneficiada com a transferência de renda efetuada pelo Bolsa Família, ainda que permaneça um contingente de famílias que mantém elevados índices de insegurança alimentar. Este programa social e as políticas de aumento real do salário mínimo e de elevação do patamar de emprego pelo maior aporte de investimentos estatais (o Programa de Aceleração do Crescimento/PAC é

exemplo disso) expressam a mão distributiva do Estado social em contraposição à mão concentradora e desigual do mercado.

As exportações das commodities agrícolas transformaram a alimentação em mercadoria, gerando lucros fabulosos sem preocupação com a necessidade de alimentar as pessoas. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), quase 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo. Ou mudamos a matriz da produção de bens agrícolas, democratizando a terra e priorizando a produção de base familiar, ou estaremos inviabilizando a vida saudável no planeta. São os pobres em todo o mundo os que mais sofrem com as crises e as desigualdades do capitalismo.

### Revolução sem armas

O Brasil, hoje, está mais preparado para enfrentar novos desafios. É preciso, entretanto, dialogar mais intensamente com os movimentos sociais para que estes sejam efetivamente parceiros ativos nesse diálogo nacional. O Brasil não pode esperar, porque a fome e a pobreza têm pressa, como costumava dizer o saudoso Betinho. A crise do capital financeiro internacional é a crise do seu centro acumulativo que já está adotando medidas para reciclar o cassino em que transformou a economia mundial, concentrando ainda mais o poder, a renda e a riqueza, destruindo a natureza e excluindo os pobres.

Se quisermos garantir a soberania alimentar do nosso povo, temos que potencializar as bases sociais e econômicas que construímos recentemente, ampliar a reforma agrária e fazer uma revolução sem armas no campo e na educação brasileira, com investimentos estatais em ciência, tecnologia, assistência técnica, qualificação profissional e preservação ambiental, criando e consolidando as bases sustentáveis do nosso desenvolvimento e da soberania do país. Apesar do volume de recursos aplicados no setor, os movimentos sociais reclamam da desaceleração da reforma agrária, com a redução da área desapropriada. É preciso revigorar o leme da democratização da terra, da qualificação dos assentamentos e do gerenciamento dos nossos recursos fundiários.

O governo Lula tem propiciado avanço notável nas políticas sociais, reduzindo a pobreza e as desigualdades. O Programa Bolsa Família, a nova política de assistência social introduzida pelo Sistema Único de Assistência



Social (Suas), o aumento real do salário mínimo, a geração de mais empregos com carteira assinada, o apoio à agricultura familiar por meio do Pronaf, o Luz para Todos, a construção de cisternas no semi-árido, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) etc., têm merecido aceitação da maioria da população brasileira e reconhecimento dos organismos internacionais, dos movimentos sociais e dos governos municipais e estaduais, que são tratados de forma republicana pelo governo federal.

Os programas sociais, no entanto, não substituem os de geração de trabalho e renda, que se constituem em portas de saída daqueles programas. Na área rural, este objetivo é cumprido pela reforma agrária e pelo desenvolvimento da agricultura de base familiar. Nesse sentido, a prioridade ao agronegócio deveria ser revista, pelo menos como está posta atualmente, pois tem comprometido o meio ambiente e a soberania alimentar da população brasileira, além de não gerar os empregos necessários ao país. O modo de produção do chamado agronegócio mostra-se, sobretudo, insustentável, segundo estudos que revelam novos padrões mundiais de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

## Feijão e feijoada

Em qualquer contexto, aqui e alhures, reforma agrária significa não só, mas antes de tudo, redistribuir a terra útil, sobretudo a privada, desconcentrando a sua propriedade, a sua posse e o seu uso, que atualmente mantêm 46,8% da área cadastrada nas mãos de 1,6% dos proprietários, tornando produtivos os 133 milhões de hectares de terras ociosas, *ou então não se faz reforma agrária*. Como dizia o saudoso José Gomes da Silva (fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária /Abra, ex-presidente do Incra e “ministro” do governo paralelo do Lula, em 1990): “A terra está para a reforma agrária, assim como o feijão está para a feijoada, depois vêm os temperos”. Na reforma agrária, igualmente, é preciso garantir terra de boa qualidade e políticas adequadas de apoio aos assentamentos.

Democratizar a vida no campo, proteger o meio ambiente, gerar empregos, promover o ser humano e produzir alimentos saudáveis por si só justificam a importância da reforma agrária hoje. Nas regiões desenvolvidas do país, entretanto, a legislação atual

inviabiliza a massividade da reforma agrária, mediante a aplicação de seu principal instrumento – a desapropriação por interesse social com pagamento da terra em títulos da dívida agrária. É preciso, pois, mobilizar as energias da sociedade e o acúmulo do Estado conseqüido até aqui para impulsionar as mudanças normativas que se fazem necessárias, como fortalecer institucionalmente o programa de reforma agrária.

A reforma agrária precisa, sobretudo, dialogar com os movimentos sociais que organizam os demandantes prioritários – os trabalhadores rurais sem terra. A organização coletiva é necessária para alcançar escala econômica e empoderamento social que, ao lado de infraestrutura, tecnologias apropriadas de produção, crédito, assistência técnica, educação e formação profissional, possibilitam a viabilidade econômica dos projetos de assentamento e a promoção social das famílias assentadas. Hoje, sem isso, torna-se impossível garantir o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária no Brasil.

A partir do aprofundamento dessa discussão na sociedade, pode-se pactuar um programa comum – popular – atrativo a uma nova coalizão política de forças sociais no campo e nas cidades, para impulsionar a construção de um novo modelo econômico – democrático e sustentável – e, conseqüentemente, de um novo modelo agrícola e agrário para o país. O objetivo estratégico a alcançar, com ampla mobilização popular, é a viabilização desse novo tipo de desenvolvimento, que produza alimentos saudáveis, preserve a vida e reduza drasticamente as desigualdades e a pobreza no Brasil.

Sem prejuízo do financiamento da produção individual, há necessidade, entretanto, para viabilizar uma nova agricultura familiar competitiva, de criação de um programa de incentivos para a organização de associações de agricultores familiares, garantindo o acesso dos camponeses e suas famílias a um sistema público, com a participação dos movimentos sociais. Para a viabilização desse novo modelo agrícola, é preciso acelerar e qualificar a reforma agrária e o apoio à agricultura familiar para além da obtenção da terra, do mero assentamento e do acesso ao crédito. É preciso, sobretudo, romper progressivamente com o modelo atual, hegemônico pelo agronegócio, e priorizar a integração da agricultura camponesa a um novo tipo de desenvolvimento no Brasil. ■

## \* Osvaldo Russo

Ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), estatístico, diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e coordenador do Núcleo Agrário Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT)